

CONTEXTO DE TRABALHO E FATORES ESTRESSORES DE DOCENTES DO ENSINO AGRÍCOLA: UM OLHAR PARA AS PARTICULARIDADES DO CAMPO

TATIANA PEREIRA SODRÉ

Assistente Social e Mestre em Educação Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8102-8694>

EMAIL: tatiana.sodre@ifrr.edu.br

ARGEMIRO SANAVRIA

Médico Veterinário. Mestre em Extensão Rural. Doutor em Ciências Veterinárias. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6031-5264>

EMAIL: argemirosanavria@yahoo.com.br

GILMAR FERREIRA VITA

Biólogo, Gestor Ambiental. Mestre em Biologia Animal. Doutor em Biologia Animal. Pós-Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9479-6414>

EMAIL: gilmarferreiravita@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção sobre o contexto do trabalho e os fatores estressores dos docentes dos campi agrícolas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como sujeitos 24 docentes da instituição. O tratamento e análise dos dados seguiram as técnicas de análise exploratória e análise de conteúdo. Através da aplicação de questionário aos participantes, constatou-se que os docentes dos campi agrícolas estão expostos aos riscos comuns da categoria profissional, tais como, estresse, fadiga, problemas de voz, garganta e ossos motores, hipertensão arterial, ansiedade, insônia, rinite alérgica e hérnia de disco; e aos específicos dos trabalhadores rurais, tais como, exposição demasiada ao sol e à mudança brusca do clima, manipulação de reagentes químicos/agrotóxicos, acidentes com animais peçonhentos e contato com dejetos animais. Os docentes desenvolvem ações preventivas, todavia somente 16,7% afirmaram conhecer legislações que amparam os direitos à saúde dos trabalhadores. Em relação às medidas institucionais, existem iniciativas no IFRR de ações de saúde e segurança do trabalho, porém a conjuntura sociopolítica do país dificulta a implementação dessas ações.

Palavras-chave: Contexto de trabalho docente. Fatores estressores. Ensino profissional e agrícola. Políticas públicas.

WORK CONTEXT AND STRESSORS FACTORS OF AGRICULTURAL EDUCATION TEACHERS: A LOOK AT THE PARTICULARITIES OF THE FIELD

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the perception about the work context and the stressors factors of the teachers of agricultural campuses of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). The research was developed from a quantitative and qualitative approach, having as subjects 24 teachers of the institution.

The treatment and data analysis followed the techniques of exploratory analysis and content analysis. Through the application of a questionnaire to participants, it was found that teachers of agricultural

campuses are exposed to common risks of the professional category, such as stress, fatigue, voice problems, throat and motor bones, arterial hypertension, anxiety, insomnia, allergic rhinitis and herniated disc; and those specific to rural workers, such as too much exposure to the sun and sudden climate change, manipulation of chemical/agrotoxic reagents, accidents with venomous animals and contact with animal waste. Teachers develop preventive actions, but only 16.7% said they know legislation that supports workers' health rights. In relation to institutional measures, there are initiatives in the IFRR of health and safety actions at work, but the sociopolitical conjuncture of the country makes it difficult to implement these actions.

Keywords: Context of teaching work. Stressors factors. Vocational and agricultural education. Public policy.

CONTEXTO DE TRABAJO Y FACTORES ESTRESORES DE LOS PROFESORES DE EDUCACIÓN AGRÍCOLA: UNA MIRADA A LAS PARTICULARIDADES DEL CAMPO

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue analizar la percepción sobre el contexto de trabajo y los factores estresores de los profesores de los campus agrícolas del Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). La investigación se desarrolló desde un enfoque cuantitativo y cualitativo, teniendo como sujetos a 24 profesores de la institución. El procesamiento y análisis de los datos siguió las técnicas de análisis exploratorio y análisis de contenido. A través de la aplicación de cuestionario a los participantes, se constató que los profesores de los campus agrícolas están expuestos a los riesgos comunes de la categoría profesional, como estrés, fatiga, problemas de voz, garganta y huesos motores, hipertensión, ansiedad, insomnio, rinitis alérgica y hernia de disco; y a los aspectos específicos de los trabajadores agrícolas, como excesiva exposición al sol y cambios repentinos de clima, manipulación de reactivos químicos/pesticidas, accidentes con animales venenosos y contacto con desechos animales. Los profesores desarrollan acciones preventivas, pero sólo el 16,7% dijo que conocían la legislación que apoya los derechos de salud de los trabajadores. En relación a las medidas institucionales, hay iniciativas en la IFRR de acciones de salud y seguridad en el trabajo, pero la coyuntura sociopolítica del país dificulta la implementación de estas acciones.

Palabras clave: Contexto del trabajo docente. Factores estresores. Educación profesional y agrícola. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Diferente da época do surgimento da profissão, a categoria docente é uma das classes trabalhadoras que mais sofre com o atual desmonte das garantias trabalhistas. Na conjuntura de desvalorização da imagem e salarial, condições precárias e sobrecarga de trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde o ano de 1983, considera os professores como uma das categorias profissionais mundialmente mais acometidas por doenças relacionadas ao trabalho, incluindo Lesão por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT), Síndrome de Burnout, Depressão e Disfonia (OIT, 1984; RAMMINGER; NARDI, 2007).

Frente à desorganização política, ao desconhecimento dos direitos trabalhistas por parte dos servidores e à precariedade das condições de trabalho, ressalta-se a relevância deste artigo de analisar os riscos e a segurança do contexto do trabalho dos servidores dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), associado às particularidades da realidade rural, que potencializam os riscos de acidentes e doenças.

Partindo da experiência profissional em um dos *campi* agrícolas, na qual foi possível vivenciar situações de condições precárias e sobrecarga de trabalho, optou-se em desenvolver a pesquisa em dois *campi* agrícolas do IFRR. Dessa forma, pretendeu-se neste estudo analisar a percepção sobre o contexto do trabalho e os fatores estressores dos docentes dos campi agrícolas do IFRR.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como sujeitos docentes dos *campi* agrícolas do IFRR. Como instrumento de coleta de dados, aplicou-se um questionário semiestruturado com perguntas fechadas, abertas e mistas, no intuito de verificar o conhecimento dos mesmos sobre os riscos à saúde e prováveis ações de prevenção, assim como caracterizar o perfil profissional, a partir das seguintes categorias: formação e atuação profissional, situação familiar, saúde (física, mental e ocupacional), condições de trabalho e práticas saudáveis. No item condições de trabalho, com o objetivo de entender a interação sujeito-atividade-mundo, utilizou-se a Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT) de Ferreira e Mendes (2008), um instrumento de diagnóstico organizacional. Composta por 30 itens, com respostas que variam de nunca a sempre, a escala é constituída por três dimensões analíticas interdependentes:

- Organização do trabalho (OT): expressa a divisão das tarefas, normas, controles e ritmos de trabalho. Índice de precisão: 0,89.
- Condições de trabalho (CT): expressa a qualidade do ambiente físico, posto de trabalho, equipamentos e materiais disponibilizados para a execução do trabalho. Índice de precisão: 0,72.
- Relações Socioprofissionais (RS): expressa os modos de gestão do trabalho, da comunicação e da interação profissional. Índice de precisão: 0,87.

A população foi composta por docentes na ativa, afastados para tratamento de saúde e para estudo, uma vez que se utilizou questionário impresso e *on-line*. Empregou-se amostra por conveniência, partindo do universo total do segmento de docentes dos dois *campi* agrícolas. Dentro desse perfil, do total de 38 docentes do Campus Amajari nove profissionais participaram da pesquisa e de 55 do Campus Novo Paraíso, 15, perfazendo 25,8% do universo total.

Após a pré-análise dos dados, a exploração do material, tratamento dos resultados e criação de indicadores, foram empregadas as técnicas de análise exploratória, estatística descritiva e análise de conteúdo. Para análise dos dados gerados do questionário foi utilizado o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), um programa de análise estatística para as ciências sociais (SPSS, 2013).

Todas as informações dos sujeitos respondentes dos questionários foram utilizadas apenas para esta pesquisa, sendo o sigilo dos participantes assegurado, e o consentimento fornecido a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Esta pesquisa foi aprovada pela Comissão de Ética na Pesquisa (CEP), da Faculdade Roraimense de Ensino Superior (FARES/RR), conforme Parecer número 2.384.823/2017, no qual ficou atestado que a mesma atende aos princípios éticos e está de acordo com a Resolução n.º 466/2012, que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2013).

O texto encontra-se dividido em cinco tópicos. O primeiro procurou caracterizar e delimitar o processo de trabalho do docente, suas características e especificidades atuais, logrando esforços para apreender a complexidade da prática docente. A partir desta descrição, o segundo tópico buscou fundamentar o contexto e carga de trabalho e as particularidades da docência e do ensino agrícola. Após estas discussões fundantes, o terceiro tópico versou sobre a relação do trabalho no processo saúde-doença dessa categoria profissional.

Em seguida a revisão de literatura, no quarto tópico, apresentou e analisou os dados da pesquisa de campo por meio do levantamento realizado junto aos docentes e gestores dos campi agrícolas do IFRR. Nas considerações finais, quinto tópico, assinalou-se algumas ponderações importantes sobre o processo da saúde e segurança do trabalho dos docentes do IFRR.

CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

De acordo com um determinado contexto sócio-histórico, o conceito da profissionalização docente é construído e reconstruído. Machado (2007) esclarece que a partir do instante em que a linguagem é inserida no contexto de trabalho, a categoria dos professores ganha uma nova roupagem, sendo considerada como “verdadeiro trabalho” na definição marxista, visto que o “trabalho imaterial” ou de “prestação de serviços” substitui gradualmente o trabalho material e físico.

Atualmente, o docente é um profissional formado para trabalhar nas instâncias do sistema de ensino, ou seja, “a docência é um trabalho socialmente reconhecido, realizado por

um grupo de profissionais especializados, que possuem formação longa e especializada” (TARDIF; LESSARD, 2014, p. 42). Apesar de possuir muitos profissionais envolvidos, os professores são os principais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem dentro e fora da instituição de ensino.

Nesse sentido, para entendimento do trabalho docente faz-se necessário compreender a complexidade do processo ensino-aprendizagem. Entretanto, esta pesquisa debruça-se em analisar o trabalho docente em si enquanto uma especialização do trabalho concreto do ensino, sem fundamentos abstratos fornecidos pela discussão sobre pedagogia, aprendizagem, didática, conhecimento, tecnologia do ensino, etc. Detêm-se nos componentes, características, atividades, tensões e dilemas para configurar o trabalho docente, na perspectiva da teoria de Tardif e Lessard (2014, p. 36):

[...] nosso estudo é orientado pela ideia geral de que a docência pode ser analisada como qualquer outro trabalho humano, ou seja, descrevendo e analisando as atividades materiais e simbólicas dos trabalhadores tais como elas são realizadas nos próprios locais de trabalho.

Tardif (2012) explica que o ensino é uma prática social dinâmica, imprevisível, inédita, concreta e multidimensional, cujo processo é influenciado pelos aspectos culturais, éticos, econômicos, políticos, afetivos, institucionais, técnicos e psicológicos. Dessa forma, a primeira característica do objeto do trabalho docente é a interatividade, uma vez que o ensino se destina a seres humanos, individual e socialmente. Ou seja, para o autor o objeto de trabalho docente são os seres humanos, com suas particularidades, demandas, histórias de vida e personalidades, que resultam em situações complexas, imprevisíveis e únicas no processo ensino-aprendizagem.

Outra característica apresentada é a dimensão afetiva existente no objeto do trabalho, visto que ao se trabalhar com seres humanos fatalmente o elemento emocional se manifesta.

Nesse tipo de atividade, a personalidade do trabalhador, suas emoções, sua afetividade fazem parte integrante do processo de trabalho: a própria pessoa, com suas qualidades, seus defeitos, sua sensibilidade, em suma, tudo o que ela é, torna-se, de certa maneira, um instrumento de trabalho. Nesse sentido, ela é um componente tecnológico das profissões de interação. Essa tecnologia emocional é representada por posturas físicas, por maneiras de estar com os alunos (TARDIF, 2012, p. 142).

O autor apresentou a dimensão ética do trabalho do professor, que envolve juízos de valor, escolhas, relações de poder, interesses, privilégios, direitos e deveres, sob dois pontos de vista: o primeiro refere-se ao dilema entre o atendimento individualizado do aluno sem

perder o foco na coletividade; e o segundo, como o docente dá acesso ao conhecimento aos alunos.

Machado (2007) também apresentou ricas contribuições para a compreensão do trabalho docente e apoiando-se em Saujat, elucidou que o trabalho docente é uma incógnita, pois não detém conceitos prontos e definitivos, e sim provisórios, que vão se reconstruindo a partir do contexto sócio-histórico inserido. O autor listou as seguintes características do trabalho docente: atividade situada, mediada por instrumentos materiais ou simbólicos, prefigurada pelo próprio trabalhador, interpessoal, interacional, transpessoal, conflituosa, fonte de aprendizagem e de desenvolvimento de potencialidades e impedimentos. Afirmou que o trabalho do professor não ocorre isolado, mas em uma rede de relações sociais e inserido em um sistema de ensino.

A partir desse entendimento, o autor confrontou o trabalho dos professores com as demais profissões e o definiu como

[...] uma atividade em que um determinado sujeito age sobre o meio em interação com diferentes “outros”, servindo-se de artefatos materiais ou simbólicos construídos sociohistoricamente, dos quais ele se apropria, transformando-os em instrumentos para seu agir e sendo por eles transformados. [...] uma mobilização de seu ser integral, em diferentes situações de planejamento, de aula, de avaliação, com o objetivo de criar um meio que possibilite aos alunos a aprendizagem de um conjunto de conteúdo de sua disciplina e o desenvolvimento de capacidades específicas relacionadas a esses conteúdos, orientando-se por um projeto de ensino que lhe é prescrito por diferentes instâncias superiores e na interação com os diferentes outros que, de forma direta ou indireta, estão envolvidos na situação (MACHADO, 2007, p. 92-93).

É interessante, também, as contribuições da ergonomia para analisarmos o trabalho docente. Segundo Amalberti et al. (1991) *apud* Therrien e Loiola (2001, p. 149), a “Ergonomia é a ‘análise do trabalho’: a descrição e a explicação da atividade humana, no trabalho, ou seja, na atividade concreta, no próprio terreno”. Dessa forma, corresponde a uma análise que considera a multiplicidade de variáveis dinâmicas da esfera política, física, institucional e social. E na área da educação contribui para a compreensão da dinâmica que considera o sujeito, a atividade e o contexto como um todo, no desenvolvimento do conhecimento, assim como na análise do trabalho docente ao ponderar as tarefas prescritas e as atividades reais. A tarefa é tudo que deve ser feito dentro do rol das tarefas elencadas para o professor. Já a atividade é o trabalho concreto realizado em si a partir da tarefa prescrita e planejada, o que realmente se faz.

Baseando-se no entendimento sobre ergonomia de Amalberti (1991), Therrien e Loiola (2001, p. 150) consideraram o ensino

[...] uma “situação situada”, ou seja, uma atividade complexa cujo objetivo é a adaptação a uma situação. Consequentemente, não se pode descrever, analisar, compreender esta atividade sem descrever, analisar e compreender a situação. Portanto, é conveniente considerar simultaneamente os limites da situação de ensino e as características dessa atividade profissional, tendo em vista a análise do saber-ensinar.

Seguindo essa mesma lógica, Amigues (2004) explicou que o professor elenca os seguintes objetos para constituir a sua prática profissional: prescrições, coletivos, regras de ofícios e ferramentas, e os descreveu da seguinte forma:

- as prescrições são desencadeadoras da ação docente baseadas nas orientações oficiais, tempos e espaços escolares e currículos, constituindo o ponto inicial da atividade docente. Pode-se dizer que a atividade é o intermédio entre a prescrição e a ação realizada;
- os coletivos são acordos da organização do trabalho docente na escola, atendendo às prescrições externas, que orientam a atuação em sua classe, como por exemplo, o sistema de avaliação, métodos, a forma de agrupamento dos alunos, os espaços e tempos escolares;
- as regras de ofício são técnicas, concepções e ferramentas comuns entre os professores, gerando uma unidade em relação à organização do trabalho e uma resposta comum às prescrições;
- as ferramentas são os modelos, teorias, métodos, materiais e técnicas, transformadas pelos professores para ganhar eficácia no ensino por meio da adequação da realidade escolar (saberes profissionais e dos alunos, conteúdos e espaços).

Ao correlacionar os objetos descritos por Amigues (2004), Gama (2015, p. 2) também utilizando a perspectiva ergonômica, elucidou que para “a análise do trabalho do professor deve se considerar tanto o que está prescrito, como o que foi realizado - o trabalho real, bem como seus diferentes aspectos condicionantes”.

Apesar da diversidade das aulas e dos alunos, as escolas possuem uma organização de trabalho parecida quanto às suas rotinas e tradições. O trabalho é controlado, planejado, temporizado, calculado e mensurado, seguindo as regras burocráticas. Todavia, Tardif e Lessard (2014) explicaram que mesmo que codificado, o trabalho docente apresenta variadas ambiguidades, por ser constituído por elementos informais e incertos, altamente flexível com pouca possibilidade de controle por trabalhar com seres humanos. Nesse sentido, a atividade

docente extrapola a sala de aula, tendo uma gama de diversidade de atividades a desempenhar.

Embora a atividade docente seja concernente às relações humanas, este trabalho apresenta características das indústrias através das normatizações e prescrições. Frente às constantes mudanças no mundo do trabalho na era do capitalismo, os docentes como os demais trabalhadores são exigidos a realizar multitarefas, algumas prescritas e outras não, principalmente de cunho burocrático, que tomam boa parte do tempo, como confecção de planos de aulas, elaboração de materiais didáticos, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Projeto Político Institucional (PPI), etc. Concomitante à autonomia e solidão em sala de aula, o professor é cobrado a realizar atividades dentro e fora dela, entre elas, evidenciar a presença, estabelecer ordem, garantir aproveitamento satisfatório nas avaliações externas, atender as prescrições apresentadas, e outras (TARDIF; LESSARD, 2014).

Perrenoud (2001) também contribuiu para a discussão das exigências postas ao profissional docente e elencou as 10 competências para ensinar na atualidade: organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em aprendizagem e em seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; utilizar novas tecnologias; enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; e, administrar sua própria formação contínua.

Nesse contexto, os docentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia também sofrem com a intensificação do trabalho, especialmente pela ampliação da atuação profissional, através da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, exigindo atualmente do professor além do ensino médio nível técnico, atuação no ensino superior, PROEJA, pós-graduação, cursos de formação continuada para Ensino Fundamental, e ações de pesquisa e extensão, assim como seguir os parâmetros curriculares nacionais sobre os temas transversais da educação, por exemplo, educação sexual e de vida saudável, preservação do meio ambiente, violência, outros (BRASIL, 2008).

Após essa caracterização do trabalho, baseando-se em Tardif e Lessard (2014), pode-se elucidar os principais dilemas e tensões da prática docente: burocratização e indeterminação da tarefa, universalidade do mandato e individualidade dos alunos, rotina das tarefas e imprevisibilidade dos contextos das ações, autonomia e controle, relação profissional com os alunos carregada de afetividade, generalidade dos objetivos educativos, cultura do aluno distinta da escola, missão moral de socialização do professor, e rigidez dos programas e recursos didáticos. Contudo, os autores consideraram que apesar da diversidade das atividades

dos docentes, os dilemas e tensões postos à complexidade dessa profissão estão atrelados ao fato do objeto de trabalho ser o ser humano, o aluno, pois esta relação aluno-professor possui componentes emocionais, que por muitas vezes o profissional não consegue se desprender até mesmo nas férias, nos dias e horários de descansos. Dilemas e tensões que perpassam o contexto e carga do trabalho da prática docente.

CONTEXTO E CARGA DE TRABALHO DA PRÁTICA DOCENTE

Na atual conjuntura, presencia-se uma reformulação educacional, no que tange à aplicabilidade dos conteúdos, às novas tecnologias, às novas exigências postas aos professores pelos pais e a sociedade em geral, influenciando diretamente o contexto de trabalho e o processo ensino-aprendizagem na prática profissional docente. Assim para se pensar em estratégias de promoção do bem-estar no trabalho, além de entender os componentes, características, atividades, tensões e dilemas do trabalho docente (TARDIF; LESSARD, 2014), é importante o aprofundamento da discussão sobre contexto e carga de trabalho, e suas especificidades na prática docente.

Para Ferreira e Mendes (2008), o contexto de trabalho é a parte objetiva do mundo do trabalho, baseado na interação sujeito-atividade-mundo, e constituído pelas dimensões: Organização do Trabalho (OT), Condições de Trabalho (CT) e Relações Socioprofissionais (RS); dimensões essas integrantes da Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT), criada pelos autores. A EACT é um instrumento de diagnóstico organizacional, apoiada no conceito de Contexto de Produção de Bens e Serviços (CPBS) que expressa:

[...] o *locus* material, organizacional e social onde se opera a atividade de trabalho e as estratégias individual e coletiva de mediação, utilizadas pelos trabalhadores na interação com a realidade de trabalho. Esse contexto articula múltiplas e diversificadas variáveis, compondo uma totalidade integrada e articulada. (FERREIRA; MENDES, 2003, p. 41)

Essa definição busca oferecer um conceito mais amplo, articulado e explícito, sobre as dimensões do espaço institucional do trabalho (público e privado). Constituintes das bases materiais e sociais da estrutura, processos e cultura organizacional. Ferreira e Mendes (2008) elucidaram as dimensões do CPBS da seguinte forma:

- Organização do Trabalho (OT): expressa a divisão das tarefas, normas, controles e ritmos de trabalho;
- Condições de Trabalho (CT): expressa a qualidade do ambiente físico, posto de trabalho, equipamentos e materiais disponibilizados para a execução do trabalho;

- Relações Socioprofissionais (RS): expressa os modos de gestão do trabalho, da comunicação e da interação profissional.

Relacionando essa discussão com o trabalho docente, Tardif (2012) entendeu que a “condição ou contexto de trabalho” representa um conjunto de variáveis formado por dimensões quantitativas do ensino, como por exemplo, o salário dos professores, o número de alunos por classe, o tempo de trabalho (diário, semanal, anual), o número de horas de presença obrigatória em classe, etc. Não obstante, para além dos dados quantitativos, o autor também entendeu que é indispensável considerar as variáveis dessas condições de trabalho, por meio do contexto de trabalho focado nas cargas de trabalho.

Com o enfoque operacional, Lemos (2005) explicou que a carga de trabalho é uma característica do processo de trabalho, que pode acarretar ao trabalhador uma “deterioração biológica e psicológica”. Entendeu o ambiente de trabalho “como o conjunto de condições em que a força de trabalho e o capital se transformam em mercadorias e lucros”, podendo causar agravos à saúde do trabalhador por meio das cargas descritas a seguir:

- cargas físicas: que são elementos estabelecidos tanto no ambiente interno quanto externo do trabalho, e que exigem técnicas para transformação do objeto de trabalho. Podemos citar: umidade, ruído, iluminação e temperatura;
- cargas químicas: oriundas do objeto de trabalho e dos meios para sua transformação, por exemplo, líquidos, fumaça, poeiras, gases e radiações;
- cargas biológicas ou orgânicas: provenientes de organismo animal ou vegetal, e relacionada às condições de higiene do ambiente de trabalho, como por exemplo, vírus, fungos, bactérias;
- cargas mecânicas: procedentes do uso de tecnologia no processo de trabalho, como sistemas automatizados, prensas hidráulicas e esteiras de produção;
- cargas fisiológicas: relacionam-se ao emprego do corpo no processo de trabalho, tanto pela permanência em uma posição, quanto pela realização de esforços físicos. Pode-se exemplificar o digitador ao permanecer tempo prolongado sentado e digitando, e o professor escrevendo no quadro/lousa e na posição de pé;
- cargas psíquicas: relacionadas às demais cargas, são oriundas de situações estressoras no processo de trabalho que trazem descompensação psicológica, produzidas de acordo com organização do trabalho. O processo de trabalho pode ser aquém (subcarga) ou além (sobrecarga) da capacidade do indivíduo em lidar com o trabalho, assim a organização do trabalho pode promover saúde ou doença.

Seguindo essa linha de pensamento e relacionando com a prática docente, Tardif (2012) elencou os seguintes fatores determinantes na carga de trabalho dos professores:

- fatores materiais e ambientais: relacionados aos lugares de trabalho e aos recursos materiais disponíveis para sua execução, como por exemplo, problemas com transporte ao trabalho e acervo insuficiente na biblioteca;
- fatores sociais: abrangendo a localização da escola (meio rural ou urbano), situação socioeconômica da cidade, e impacto do serviço de educação, como por exemplo, violência urbana e tráfico de drogas;
- “objeto de trabalho”: trabalho do professor sendo interativo, tendo o aluno como objeto de trabalho. Pode-se exemplificar, a diversidade cultural e social dos estudantes, alunos com dificuldade de aprendizagem e alunos com necessidades especiais;
- organização do trabalho: quantidade de disciplinas ou turmas, carga horária de trabalho, tipo de vínculo empregatício, a diversidade de atividades e trabalho aos fins de semana;
- fatores burocráticos: reuniões obrigatórias ordinárias e extraordinárias, controle dos horários e comportamento dos alunos, atendimento aos pais, atividades administrativas, etc.;
- demais fatores: faixa etária, sexo, tempo de exercício da prática docente, regras específicas, como o docente entende e percebe seu papel e como lida com as situações cotidianas do ensino.

Na área rural, os fatores determinantes na carga de trabalho docente são bem similares. Hashizume e Lopes (2006) identificaram em suas pesquisas condições socioeconômicas precárias da maioria da população rural e intensa influência da cultura urbana, contribuindo para transformação dos valores socioculturais campestres. Os alunos apresentaram dificuldades de permanência e êxito escolar, devido à necessidade de ajudar a família nas atividades do campo por serem de baixa renda, acesso aos serviços públicos, distância entre a moradia e a escola, discrepância entre a sazonalidade da produção e o calendário escolar, e outras. Fatores esses que interferem no processo ensino-aprendizagem.

Quanto à realidade dos professores, a maioria é leiga e/ou de formação urbana, possuem problemas de moradia e transporte, dificuldade de acesso de serviços de saúde, lazer e esporte, salários baixos, acúmulo de funções, etc. Na esfera didático-pedagógica, a prática docente é prejudicada pela inadequação do currículo perante as particularidades do campo e as condições de trabalho precárias (HASHIZUME; LOPES, 2006).

Especificamente no Ensino Agrícola, ao trazer as discussões de Lima et al. (2014), percebeu-se também que o processo ensino-aprendizagem sofre influências das atividades ao ar livre, frente às condições ambientais imprevisíveis, exposição a animais e vetores, manuseio de ferramentas variadas, que exigem capacidade técnica, além da própria tensão da organização de trabalho, no que tange ao tempo de produção e divisão de trabalho, mesmo com o foco do ensino.

Muitos estudos e pesquisas mostram que a complexidade do trabalho docente e as tensões vivenciadas, proporcionadas pelo contexto e carga de trabalho, impactam consideravelmente o processo saúde-doença do trabalhador, contribuindo para alto índice de doenças e acidentes profissionais, e absenteísmo.

ESTRESSORES OCUPACIONAIS E SAÚDE DOCENTE

Impulsionado pelo modelo globalizado e neoliberal da economia, o desenvolvimento tecnológico se expandiu rapidamente, todavia não consoante com o processo de formação dos trabalhadores sobre os riscos a acidente e doença do trabalho e às respectivas formas de prevenção (GENAIO, 2012). Esse modelo de economia também repercutiu na prática do trabalho docente, na maioria servidor público, visto que vive-se na era da educação administrada como um negócio rentável, com a ampliação das matrículas por meio da democratização a custo da massificação do ensino, concomitante à restrição dos recursos e contenção dos gastos, impactando na qualidade do ensino, nas condições de trabalho e remuneração dos docentes. Ainda assim, exige-se desse profissional, atividades extras sala de aula, em especial as burocráticas, complexidade das atividades, maior responsabilidade e ritmo acelerado, ou seja, intensificação do trabalho sem reconhecimento social e financeiro, contribuindo para alterar os fatores que determinam a saúde desses trabalhadores (WEBBER; VERGANI, 2010).

Relacionando a intensificação do trabalho com os conhecimentos em ergonomia, entende-se que durante a sua prática profissional o trabalhador determina o seu modo operatório, dependendo dos objetivos da tarefa e dos que ele organiza para adaptação, segundo o tempo e os imprevistos surgidos no processo. Contudo, em situação de urgência, esse modo é mais rápido, e conseqüentemente, ao trabalhar dessa forma, pode desfavorecer o desenvolvimento de estratégias de autoproteção à saúde, como, postura mais confortável e excesso vocal. Um exemplo típico é a ausência de professores por estarem doentes ou alocados em outras atividades, demandando dos professores atuantes no ensino reordenamento do trabalho e substituição. Assim, o professor contrariado com o planejamento da atividade realizada relacionada com a atividade real pode ser submetido a uma exaustão física e psicológica, e conseqüentemente, ao sofrimento. Afetado por esta intensificação diária, o professor tem a sua saúde fragilizada e apresenta-se mais vulnerável ao adoecimento, ao ser empurrado pelo sistema a ultrapassar e não reconhecer os seus limites (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Esse contexto e sobrecarga de trabalho são apontados em diversas pesquisas acadêmicas, nas quais assinalam a docência como uma atividade que demanda muita responsabilidade, muitas atribuições a um único profissional, contudo com escasso incentivo para o êxito, podendo-se associar a profissão a elevados índices e níveis de estresse. Portanto, podemos observar que o trabalho, como atividade social fundante e central na vida do homem, ao mesmo tempo pode trazer bem-estar ao gerar emprego e renda, porém pode causar sofrimento e estresse ocupacional.

Costa (2013) explicou que a construção do conceito de estresse emerge com a discussão de Selye (1965), na qual entende-se que o estresse é um componente intrínseco a toda doença, causando alterações na composição física e química do corpo, que são passíveis de ser notadas e mensuradas. O autor elucidou o conceito do termo utilizado por Ferreira (1998), que se referiu ao cansaço, tensão e fadiga, podendo não ser exato e intenso, e podendo causar reações diversas no organismo (psíquica, física e infecciosa etc.), e conseqüentemente, o desequilíbrio do meio interno do indivíduo (homeostasia).

Segundo Selye (1965), o estresse pode ser classificado em benéfico, chamado de “eustresse”, e ruim, de “distresse”. O eustresse mesmo oriundo de esforços indesejados pode causar sensação de bem-estar e satisfação, já o distresse frente à tensão do excesso ou falta de esforços, causa desequilíbrio biopsicossocial.

Com o foco de origem no trabalho, Costa (2013) esclareceu que as condições de trabalho impactam diretamente no bem-estar e na saúde dos indivíduos. Intitulado por “stress professional” ou “stress ocupacional”, o National Institute for Occupational Safety and Health o entendeu como decorrência do desequilíbrio entre as exigências do trabalho e as capacidades e recursos do trabalhador, acarretando inevitáveis conseqüências na saúde física e mental (NIOSH, 1998).

Detalhando os fatores mais comuns de estresse e adoecimento entre os professores, Baião e Cunha (2013) relacionaram a dupla jornada, carga horária elevada, sedentarismo, postura inadequada e como a prática profissional é realizada, frente às atividades burocráticas estressantes, a lotação da sala de aula, exposição à violência escolar, condições de trabalho impróprias, desmotivação pela baixa remuneração, entre outros.

Como os demais trabalhadores, os professores no ambiente de trabalho estão expostos a vários riscos biológicos, físicos e ergonômicos, que podem desencadear doenças, acidentes, absenteísmo e afastamentos do trabalho. Os agravos de saúde mais acometidos entre os professores são doenças do aparelho respiratório, problemas psicológicos e/ou psiquiátrico

(estresse, ansiedade, depressão, síndrome de Burnout, etc.), o distúrbio de voz e disfonia, e problemas no aparelho locomotor (SERVILHA et al., 2010).

Silva (2006) contribuiu para a discussão ao expor as manifestações psicopatológicas do trabalho docente como uma manifestação do estresse em trabalhos assistenciais, específicos de profissionais que em seu trabalho mantêm frequentemente relações com outras pessoas. O autor denominou essas manifestações de “síndrome de Burnout que se caracteriza por exaustão emocional, avaliação negativa de si mesmo e dos outros, e por um tratamento impessoal e desprezível para com os que atende”, ou seja, uma resposta ao estresse ocupacional crônico típico do trabalho assistencial, cujos fatores fundamentais são a exaustão emocional, a despersonalização e a falta de realização pessoal no trabalho.

Assim, Silva (2006) evidenciou que os professores são mais propícios a desenvolver a síndrome de Burnout, visto que a categoria constantemente é exposta a salas superlotadas, ações repetitivas e burocráticas, intenso envolvimento afetivo, pressões diversas, e ambiente escolar conflituoso e prejudicial ao alcance dos objetivos pedagógicos e pessoais. Dessa forma, baseando em Dejours (1993), o principal desencadeador da psicopatologia do trabalho é a própria organização do trabalho, que provoca os conflitos e coloca em contradição o anseio do trabalhador com o contexto limitado do trabalho.

A REALIDADE DOS DOCENTES DOS CAMPI AGRÍCOLAS DO IFRR

Originado da antiga Escola Técnica e posteriormente CEFET, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) foi criado por meio da Lei n.º 11.892/2008, tendo como objetivo articular e associar à formação acadêmica a preparação para o trabalho. Como uma autarquia de base educacional humanístico-técnico-científica, o IFRR detém uma organização pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nos seguintes níveis de ensino: Ensino Fundamental, Médio, Superior e Pós-graduação, nas modalidades presenciais, à distância e alternância (IFRR, 2018a).

Atualmente o IFRR dispõe de seis unidades, sendo uma Reitoria e cinco campi distribuídos pelo estado, que visam atender as demandas da formação profissional técnica, de acordo com os arranjos produtivos locais e o interesse da população. A instituição possui dois campi agrícolas situados estrategicamente: um na região sul de Roraima, Campus Novo Paraíso e outro na região norte, Campus Amajari (IFRR, 2019a).

Localizado no sul do estado de Roraima, município de Caracaraí, na margem direita da BR-174, km 512, a uma distância de 256 km da capital do estado, nas coordenadas

geográficas de 01°15'01,46'' N e 60°29'12,30'' W, o Campus Novo Paraíso teve início das atividades em 2007, com o Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, no regime de Alternância. Estrategicamente situado próximo ao anel rodoviário na Vila Novo Paraíso/Caracaráí, que interliga a BR-174 (acesso de Boa Vista a Manaus/Amazonas) a outros municípios do interior do estado, o Campus Novo Paraíso oferta educação profissional ao homem do campo, incluindo os moradores e agricultores e proprietários rurais e seus familiares dos municípios do entorno (IFRR, 2014, 2019b; GABRIEL FILHO, 2016). Conforme dados da Coordenação de Registros Escolares do IFRR, em 2017 teve 366 matrículas, sendo 85,0% no Ensino Médio (Cursos Agropecuária e Agroindústria), 7,0% no Subsequente ao Ensino Médio (Curso Agropecuária) e 8,0% em Formação Inicial e Continuada. Para atender essas demandas do ensino, somadas às atividades de pesquisa e extensão, o Campus dispõe de 51 técnicos-administrativos em educação e 55 docentes (28 da área básica e 27 da área técnica, sendo cinco substitutos), e uma média de 50 funcionários terceirizados nas funções de motorista, serviços gerais, vigilante, homens do campo e funcionários diversos do restaurante terceirizado.

Criado e autorizado o seu funcionamento por meio da Portaria n.º 1.366, de 6 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, o Campus Amajari está localizado no município de Amajari, estado de Roraima, distante a 156 km da capital Boa Vista, sob as coordenadas geográficas de 03°39'07'' N e 61°22'15'' W, na região norte do estado. Atende na grande maioria a população dos municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre, com mais de 50,0% de povos indígenas, incluindo ainda jovens da nacionalidade venezuelana (BRASIL, 2010; IBGE, 2011; IFRR, 2014). Oferta os cursos de Técnico Integrado ao Ensino Médio (Agropecuária e Agricultura), Técnico Subsequente ao Ensino Médio (Aquicultura e Agricultura), Técnico Concomitante ao Ensino Médio (Agricultura) e Superior de Tecnologia em Aquicultura (IFRR, 2018b). Para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a força de trabalho do campus dispõe de 47 técnicos-administrativos em educação e 41 docentes (25 da área básica e 16 da área técnica, sendo um substituto), e uma média de 30 funcionários terceirizados nas funções de motorista, serviços gerais, vigilante, homens do campo e funcionários diversos do restaurante terceirizado.

Para entender a realidade dos docentes estudados, inicialmente é importante a apresentação do perfil. Dos 24 participantes da pesquisa, 58,3% eram do sexo feminino, 100,0% brasileiros, com maioria oriunda da região Norte (54,0%). A maior parte possuía idade entre 30 a 39 anos (65,5%).

Quanto à situação familiar, identificou-se que apesar de 29,2% serem solteiros, 70,8% possuíam família e/ou rede de apoio em Roraima, 54,2% eram casados (29,2% casados no civil e 25,0% convivendo em união estável) e 16,6% separados/desquitados. 33,3% possuíam filhos, sendo a maioria (20,8%) com somente um filho, e 75,0% eram menores de idade. O resumo dessas informações é apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Características sociodemográficas dos docentes dos campi agrícolas do IFRR.

Variável	N	%
Sexo		
Masculino	14	58,3
Feminino	10	41,7
Idade (anos)		
25 a 29 anos	3	12,5
30 a 39 anos	15	62,5
40 a 49 anos	4	16,6
Mais de 50 anos	2	8,4
Nacionalidade		
Brasileira	24	100,0
Naturalidade (região)		
Norte	13	54,2
Sudeste	2	8,3
Nordeste	8	33,3
Sul	1	4,2
Estado civil		
Solteiro	7	29,2
Casado	7	29,2
Separado	4	16,6
União Estável	6	25,0
Número de filhos		
Não tem	16	66,7
Somente um	5	20,8
Dois filhos ou mais	3	12,5
Filhos menores de idade		
Sim	6	75,0
Não	2	25,0
Família ou rede de apoio em RR		
Sim	17	70,8
Não	7	29,2

Fonte: Elaborada pelos autores.

Do total dos participantes, 70,8% eram da área básica e 29,2% da área técnica, sendo 62,5% com Mestrado e 20,8% com Doutorado. A maioria atuava como docente entre 4 a 10 anos (50,0%) (Tabela 2). Estes dados indicam o nível de qualificação e o período de experiência na área como forma positiva para a qualidade do ensino ofertada à população, todavia, contraditoriamente adverte risco maior de adoecimento pela quantidade de anos trabalhados em condições de trabalho precárias, como indicado no estudo de Huberman (2000).

Tabela 2. Perfil profissional dos docentes dos campi agrícolas do IFRR.

Variável	N	%
Titulação		
Graduação	24	100,0
Especialização	11	45,8
Mestrado	15	62,5
Doutorado	5	20,8
Área de formação	17	70,8
Básica	7	29,2
Técnica		
Tempo de trabalho na docência		
1 a 3 anos	9	37,5
4 a 10 anos	12	50,0
Mais de 11 anos	3	12,5
Tempo de trabalho no Instituto		
0,5 a 3 anos	19	79,2
4 anos ou mais	5	20,8
Regime de trabalho		
40 horas/Dedicação Exclusiva	24	100,0
Área de atuação		
Atividade de Ensino	23	95,8
Pesquisa	16	66,7
Extensão	14	58,3
Níveis de ensino de atuação		
Formação Inicial Continuada	2	8,3
Ensino Médio	13	54,2
Ensino Técnico	4	16,7
Ensino Superior	18	75,0
Número de turmas		
2 a 3 turmas	5	20,8
4 turmas	7	29,2
5 ou mais turmas	12	50,0

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação ao trabalho no IFRR, todos possuíam o regime de trabalho de 40 horas em dedicação exclusiva e 79,2% atuavam na instituição entre 0,5 a 3 anos. A questão do tempo de atuação na instituição demonstrou grande rotatividade de professores nos dois campi, visto que tanto o Campus Novo Paraíso quanto o Campus Amajari possuem mais de cinco anos de existência, respectivamente, 10 e oito anos. Indicador importante para se pensar em política de permanência nos campi do interior do estado, segundo apontado na tabela 2.

Conforme Resolução n.º 116 - Conselho Superior, de 14/02/2013 (IFRR, 2013), que regulamentou o regime de trabalho dos docentes do IFRR, pôde-se identificar que a carga horária docente dos participantes é dedicada prioritariamente para a atividade do ensino com 95,8%, seguida da pesquisa com 66,7% e da extensão com 58,3%, considerando que podem e tem que acumular as diferentes atividades (Tabelas 2 e 3).

Tabela 3. Descrição da atividade docente dos campi agrícolas do IFRR.

Atividade docente	Breve descrição da atividade	Docentes	
		N	%
Ensino			
Atividade de ensino	Aquelas de natureza teórico-práticas desempenhadas em sala de aula, em ambientes tecnológicos e/ou em campo.	23	95,8
Atividade de apoio ao ensino	As ações de melhoria direta nas condições do processo ensino-aprendizagem. Exemplo: planejamento; atendimento ao aluno; reuniões pedagógicas e de pais e mestres; elaboração e correção de avaliações; e preparação de aulas e de material didático.	19	79,2
Atividade complementar ao ensino	Atividades pedagógicas relacionadas ao ensino e desenvolvidas de forma extensiva que complementam a carga horária do trabalho docente. Exemplo: supervisão/orientação de estágio supervisionado e de trabalho de conclusão de curso; treinamento/ preparação para atividades desportivas para competições.	21	87,5
Ensino à distância	Modalidade educacional com utilização de tecnologias de informação e comunicação.	8	33,3
Monitoria	Atividade articuladora da teoria e prática e a integração curricular para cooperação mútua entre discentes e docentes.	8	33,3
Pesquisa			
	De natureza teórica, metodológica, prática, aplicada ou empírica para produção técnica, científica ou tecnológica.	16	66,7
Extensão			
	Aquelas de transferência de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no IFRR para a comunidade externa, através da prestação de serviços, assessorias, consultorias, cursos de	14	58,3

	extensão, entre outros.		
Representação	Desenvolvidas em Conselhos, Fóruns entre outras atividades contínuas designadas legalmente.	7	29,2
Gestão	Exercidas no âmbito da administração institucional escolar.	6	25,0
Atividade de capacitação	Qualificação em nível de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>strictu sensu</i> , sem afastamento das atividades.	9	37,5

Fonte: Elaborada pelos autores.

Assim, bem diferente da atuação em nível municipal e estadual, os docentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica atuam para além da área de ensino, tendo a oportunidade de aprimorar-se profissionalmente e contribuir para pesquisa acadêmica e para o desenvolvimento de atividades à comunidade escolar externa. Ratificando essa ideia, Silva (2006, p. 83) explicou a importância da carga horária utilizada também para atividades de pesquisa e extensão ao discutir a saúde mental do professor:

O tempo do trabalho dos professores não pode se resumir à preparação de aulas e reuniões burocráticas. Devemos ter um tempo bem maior para atividades extracurriculares, com finalidade de reflexão e manifestação das subjetividades existenciais. O cotidiano deve ser mudado. Se o professor ficasse oito horas em uma escola, deveria reservar quatro para atividades de outra natureza que não fosse dar aulas, como atendimento individual dos alunos, discussões teóricas e políticas entre seus pares. As relações dos professores são muito massificantes.

Especificando na tabela 2 a atividade de ensino dos docentes dos campi agrícolas do IFRR, a maioria dos professores atuava no Ensino Superior (75,0%), seguido pelo Ensino Médio (54,2%), sendo 50,0% aqueles que atuavam em mais de cinco turmas. Tais resultados suscitam as discussões de Tardif e Lessard (2014), que esclareceram que independentemente do nível de ensino o objeto de trabalho docente são os seres humanos, com suas particularidades, demandas, histórias de vida e personalidades, que resultam em situações complexas, imprevisíveis e únicas no processo ensino-aprendizagem. Assim, o emocional é um elemento condicionante e essencial desta relação professor-aluno. Todavia, o fator emocional associado ao número médio de 35 a 40 alunos nas turmas do IFRR, a atuação em diferentes disciplinas e o elemento interacional tornam a atividade docente complexa e ambígua, por ser constituída por fatores informais e incertos, altamente flexível com pouca possibilidade de controle por trabalhar com seres humanos, apesar de planejada e temporizada, podendo contribuir para alterar os fatores que determinam a saúde desses trabalhadores.

A partir desse perfil profissional e de atuação, pode-se discutir o olhar do docente do IFRR sobre a saúde e segurança, entendendo a educação enquanto trabalho e o docente enquanto categoria profissional. De uma forma geral, os docentes participantes do estudo consideram seu trabalho nas palavras destacadas abaixo:

- . Palavras positivas: assíduo, dedicado, necessário, promissor, bom, nossa equipe e esforço, desafiador, prazeroso, gratificante e tranqüilo;
- . Palavras negativas: cansativo, falta de estrutura, desvalorizado, burocrático e má localização.

Conversando com o estudo de Ferreira (2012), pode-se relacionar no mesmo sentido as palavras positivas como elementos constitutivos do “bem-estar no trabalho” (sentimento agradável originado na execução das tarefas, vivenciado individual ou coletivamente) e as palavras negativas como elementos constitutivos do “mal-estar no trabalho” (sentimento desagradável originado na execução das tarefas, vivenciado individual ou coletivamente). Contudo, é interessante o entendimento do motivo dessas palavras destacadas, correlacionando os dados da escala EACT na tabela 4 com as questões abertas do questionário sobre os problemas e riscos identificados no processo de trabalho docente, as medidas organizacionais ofertadas e necessárias sob o ponto de vista dos participantes.

Tabela 1. Análise da Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT) do IFRR.

Análise EACT	Organização do trabalho (OT)	Condições de trabalho (CT)	Relações socioprofissionais (RS)
Números válidos	24	24	24
Casos perdidos	0	0	0
Média	3,0515	2,7208	2,1799
Mediana	2,9444	2,5500	2,0909
Desvio padrão	0,61815	0,66462	0,60518

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para cada dimensão analítica da EACT, foi realizada uma média dos fatores que compõe cada uma delas. Apesar do número de participantes ter sido baixo, de acordo com parâmetros básicos para interpretação de resultados da EACT a análise indica um resultado satisfatório para as condições de trabalho dos docentes dos campi agrícolas do IFRR, como demonstrado na tabela 4. Contudo, as comparações, realizadas com a utilização do teste “t” de Student para amostras independentes, não revelou diferenças significativas entre os dois campi.

Por meio das perguntas abertas, também foi possível detalhar o contexto de trabalho exemplificando as dificuldades relatadas por categoria analítica e por ordem de maior incidência:

- . Organização do Trabalho (OT): Tempo curto para desenvolver todas as atividades do ofício de professor; carga horária excessiva de trabalho; controle excessivo sobre o horário do professor; turmas cheias;
- . Condições de Trabalho (CT): Falta de recursos didáticos; falta de energia elétrica frequente; internet lenta; falta de local de descanso no horário do almoço; barulho excessivo;
- . Relações Socioprofissionais (RS): Gestão adota critérios injustos para com os servidores; pouco diálogo; descomprometimento de alguns professores.

Em se tratando de fatores estressores ocupacionais, essas dificuldades também foram identificadas por vários autores, como Assunção e Oliveira (2009), Baião e Cunha (2013) e Tardif e Lessard (2014), que investigaram a relação do trabalho como um dos determinantes do processo saúde-doença dos docentes. Detalhando os fatores mais comuns de estresse e adoecimento entre os professores, relacionaram a dupla jornada, carga horária elevada, sedentarismo, postura inadequada e como a prática profissional é realizada, frente às atividades burocráticas estressantes, a lotação da sala de aula, exposição à violência escolar, condições de trabalho impróprias, desmotivação pela baixa remuneração, entre outros.

Outra dificuldade identificada pelos participantes no contexto de trabalho se refere ao objeto de trabalho do docente, o aluno, no que tange à dificuldade no ensino-aprendizagem e desinteresse. E outros de cunho pessoal, mas de grande importância para o desempenho do trabalho, são a distância da família, e a distância entre a casa e o trabalho, com destaque a precariedade das estradas de acesso ao campus e do serviço de transporte público. Pereira (2016) em seus estudos também identificou a localização da instituição de difícil acesso e a precariedade do serviço de transporte como um dos principais desafios de permanência dos professores do Campus Novo Paraíso, elencando os seguintes nós críticos: perigo do trajeto; insegurança de conseguir chegar ao trabalho; gasto significativo do salário com o transporte, apesar do recebimento do auxílio transporte, que não é suficiente; falta de adicional específico para instituição de difícil acesso.

Ao especificar as condições de trabalho e correlacionando com a especificação do Manual de Procedimento das Doenças Relacionadas ao Trabalho para os Serviços de Saúde (BRASIL, 2001), os docentes participantes elencaram os seguintes riscos para a saúde e segurança na prática profissional:

- . Físico: exposição demasiada ao sol e mudança brusca de clima (sala climatizada e área aberta);
- . Químico: manipulação de reagentes químicos/agrotóxicos;
- . Biológico: acidentes com animais peçonhentos e trabalho com dejetos de animais;
- . Ergonômico e psicossocial: estresse, problema de iluminação e de limpeza das centrais de ar, acúmulo de tarefas, uso contínuo e excessivo da voz, postura/muito tempo na mesma posição;
- . Mecânico e de acidente: estrada precária para locomoção, alimentação e água disponíveis.

Esses resultados mostraram que os docentes dos campi agrícolas do IFRR estão expostos a riscos comuns aos demais colegas docentes, como o uso da voz e a postura, evidenciados no estudo de Assunção e Oliveira (2009), mas também a riscos comuns dos trabalhadores rurais, como manipulação de agrotóxicos e acidentes com animais peçonhentos, também constatados nas pesquisas de Lima et al. (2014), mesmo com o foco no ensino. Lima et al. (2014) elucidou que no processo ensino-aprendizagem agrícola o docente está vulnerável às influências das atividades ao ar livre frente às condições ambientais imprevisíveis, exposição a animais e vetores, manuseio de ferramentas e produtos químicos variados. Todos esses riscos podem desencadear doenças, acidentes, absenteísmo e afastamentos do trabalho.

Dentre as atividades de qualidade de vida no trabalho promovidas pelo IFRR, somente 54,2% dos pesquisados conhecem ou participam das atividades. As de maior incidência de participação foram palestras educativas, jogos de integração dos servidores, festa junina e aula de dança. Para além das obrigações institucionais e considerando o trabalhador um ator social essencial no contexto de trabalho e no seu processo saúde-doença, os docentes participantes elencaram as seguintes ações individuais praticadas:

- estratégias para lidar com os problemas: diálogo com a gestão e com os demais servidores, gerenciamento do estresse, dedicação ao trabalho e aulas próximo à realidade do aluno, organização do processo de trabalho;
- ações de prevenção às doenças relacionadas à prática profissional docente e hábitos saudáveis de vida: uso de EPI, cuidados com a voz (controle, ingestão de água frequente e fonoaudiólogo), cuidados com a postura e tempo para descanso, atividade física e esportiva, cuidados com a alimentação, e reivindicação de melhores condições de trabalho;
- conhecimento de legislações: somente 16,7% afirmaram conhecer legislações que amparam os direitos à saúde dos trabalhadores, com destaque para Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a Lei n.º 8.112/91, e a Norma Regulamentadora 31.

Os problemas de saúde mais identificados pelos participantes foram estresse e fadiga, problemas de voz, de garganta e ossos motores, e as doenças crônicas, hipertensão arterial,

diabetes, ansiedade, insônia, asma, rinite alérgica e hérnia de disco. Dessas, 28,6% consideraram estar relacionado ao trabalho. Esses problemas de saúde foram identificados igualmente nos estudos de Servilha et al. (2010), apontando serem agravos comuns entre essa categoria profissional e um indicador importante para se planejar políticas institucionais.

Apesar das problemáticas identificadas no trabalho docente e as especificidades do Ensino Agrícola, nenhum docente participante deseja mudar de profissão, não obstante, 41,7% desejam remoção ou redistribuição para outra unidade de ensino, de preferência para campus urbano. Os motivos apresentados foram acesso à qualificação, melhores condições de trabalho, distância da família e deslocamento casa-trabalho. Silva (2006) evidenciou uma realidade diferente entre os servidores estaduais e municipais, que deixam a profissão docente devido ao baixo salário, precárias condições de trabalho e desprestígio profissional. Contudo, não desmerece os motivos do desejo da remoção ou redistribuição para outra unidade de ensino da rede federal para se pensar em políticas de permanência do servidor.

Frente às dificuldades e riscos apresentados, os participantes do estudo sugeriram à gestão do IFRR:

- ações de melhoria na qualidade de vida no trabalho: estimular e desenvolver atividades físicas e esportivas; sala de descanso; disponibilização de água e alimentação saudável, transporte; melhorar a divisão de trabalho e os ambientes didáticos;
- ações de permanência nas unidades do interior: fornecimento de EPI; estimular e desenvolver práticas de atividades físicas, esportivas e de lazer; incentivo financeiro/interiorização e insalubridade; fornecer transporte de qualidade; avaliação periódica da saúde dos servidores.

Por fim, percebeu-se também a dificuldade de organização trabalhista dos docentes ao sugerirem à gestão do IFRR incentivo financeiro de interiorização, sendo necessário para esta efetivação mobilização nacional junto aos demais servidores federais, mobilização esta que pode ser associada aos sindicatos para intensificar o reconhecimento da profissão e o acesso aos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se compreender o contexto de trabalho e os fatores estressores segundo a percepção dos docentes dos campi agrícolas do IFRR, para traçar indicadores dessa realidade e subsidiar a decisão dos sujeitos sociais envolvidos, na garantia da qualidade de vida no trabalho.

Primeiramente identificou-se o ensino enquanto trabalho e o docente enquanto categoria profissional, detentores de direito à saúde e segurança no seu processo de trabalho complexo, e a administração pública e os próprios servidores responsáveis por esse processo. Notou-se que, como qualquer outro trabalho, o processo ensino-aprendizagem de uma instituição de ensino pode ocasionar danos à saúde e segurança do servidor, em decorrência de uma gama de riscos e sobrecargas de trabalho; e no caso dos docentes dos campi agrícolas do IFRR, exposição aos riscos normalmente comuns a todos os professores, bem como, aos riscos dos trabalhadores rurais, um duplo risco. Nesta pesquisa não foi avaliado o nível de frequência de risco, por entender que independente disso, o risco está posto e necessita de gerenciamento e controle.

O resultado da EACT indicou um resultado satisfatório para as condições de trabalho dos docentes participantes da pesquisa, contudo, no detalhamento por meio das perguntas abertas, identificou-se dificuldades diversas enquanto fatores estressores ocupacionais, que desestimulam a categoria e sobrecarregam física e psicologicamente o servidor.

O cenário da prestação de serviços educacionais dos campi agrícolas do IFRR, se assemelha ao restante do país, no que tange às dificuldades no exercício profissional, organização do trabalho e exposição aos riscos à saúde, como apontado em outras pesquisas nacionais e internacionais, por Teixeira e Freitas (2003), Silva (2006), Assunção e Oliveira (2009), Servilha et al. (2010), Ferreira (2012), Baião e Cunha (2013), Lima et al. (2014) e Tardif e Lessard (2014). Contudo, evidenciou-se a necessidade de uma pesquisa nacional nos campi agrícolas para identificar as particularidades do Ensino Agrícola e pensar políticas institucionais de qualidade de vida no trabalho do campo. O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo pode ser melhorado para ser testado em toda rede federal de ensino e tecnologia, visto que não se tem um mapeamento deste a nível nacional. Assim, apontamos a pesquisa como estudo piloto para basear futuras pesquisas em todos os campi agrícolas da rede federal.

REFERÊNCIAS

AMALBERTI, R.; MONTMOLLIN, M.; THEREAU, J. **Modèles en analyse du travail**. Liège: Mardag, 1991.

AMIGUES, R. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: MACHADO, A. R. (Org.). **O ensino como trabalho**: uma abordagem discursiva. Londrina: Eduel, 2004. p. 35-53.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. A intensificação do trabalho e a saúde dos professores. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-272, mai./ago. 2009.

BAIÃO, L. P. M.; CUNHA, R. G. Doenças e/ou disfunções ocupacionais no meio docente: uma revisão de literatura. **Revista Formação@Docente**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 6-21, jan./jun. 2013.

BRASIL. **Doenças relacionadas ao trabalho**: Manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, 2001.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Portaria n.º 1.366, de 6 de dezembro de 2010. Autoriza as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a promover o funcionamento dos seus respectivos Campus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 2010. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59.

COSTA, F. R. C. P. **Fatores estressores na atividade docente**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação Políticas e Práticas Sociais) – Universidade de Taubaté, Taubaté.

DEJOURS, C. **Travail, usurementale**. De la psycho-pathologie à la psychodynamique du travail. Paris: Bayard; 1993.

FERREIRA, E. F. Análise do processo de discussão/construção de uma política de saúde do trabalhador. 1998. 220 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FERREIRA, M. C. **Qualidade de vida no trabalho**: Uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores. 2. Ed. Brasília: Paralelo 15, 2012.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. **Trabalho e riscos de adoecimento**. O caso dos auditores-fiscais da Previdência Social brasileira. Brasília: Edições Ler, Pensar, Agir (LPA), 2003.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Contexto de trabalho. In: SIQUEIRA, M. M. M. (Org.). **Medidas do comportamento organizacional**: Ferramentas de diagnóstico e de 25escan. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GABRIEL FILHO, H. G.; ALVES, R. N.; PEREIRA, H. R.; LACERDA, N. M.; RODRIGUES, T. G.; MATOS, C. H. L.; PRIMO, D. C.; TABOSA, J. N.; GOMES, G. C.

Cultivo do sorgo, em sucessão à 26escanso2626 e aplicação de doses de nitrogênio em Roraima. **Revista Brasileira de Energias Renováveis**, Curitiba, v. 5, n. 4, p. 538-550, 2016.

GAMA, M. E. R. Organização e 26escanso2626ento do trabalho docente: Aspectos condicionantes das atividades dos professores em situações de trabalho escolar. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPEd, 2015.

GENAIO, M. S. **O ensino da Segurança do Trabalho na formação do Tecnólogo em Viticultura e Enologia do Instituto Federal do Sertão Pernambucano**. 2012. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

HASHIZUME, C. M.; LOPES, M. M. Trabalho docente rural: dores e 26escanso do ofício. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 99-108, jul. 2006.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional de professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vida de professores**. Porto: Porto Editora, 2000.

IBGE. **Índice de nomes geográficos**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

IFRR. **Resolução n.º 116 – Conselho Superior, de 14 de fevereiro de 2013**. Boa Vista: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, 2013. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2013/resolucao-no-116-conselho-superior>>. Acesso em: 16 set. 2019.

IFRR. **Guia de cursos**. Técnicos, Licenciaturas, Tecnologias. Boa Vista: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, 2014.

IFRR. **Histórico. 2018**. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/historico-1>>. Acesso em: 16 abr. 2018a.

IFRR. **Campus Amajari**. Cursos. Roraima: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, 2018. Disponível em: <<http://amajari.ifrr.edu.br/ensino/cursos/cursos>>. Acesso em: 28 nov. 2018b.

IFRR. **Marca de excelência na educação do extremo norte do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional>>. Acesso em: 12 ago. 2019a.

IFRR. **Histórico do CNP, 2019**. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br:8080/campi/novo-paraiso/comunicacao-social/historico>>. Acesso em: 16 set. 2019b.

LEMONS, J. C. **Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários**. 2005. 137 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LIMA, P. S.; GUIMARÃES, M. C.; BRISOLA, M. V. Integração vertical no agronegócio 27escanso2727 e seus impactos sobre o trabalho e sobre o trabalhador: o caso da 27escanso2727. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, 52., 2014, Goiás. **Anais...** Salvador: SBE, 2014.

MACHADO, A. R. Por uma concepção ampliada do trabalho do professor. In: GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Org.). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas.** São Paulo: Mercado das Letras, 2007. P. 77-97.

NIOSH. **Stress... At Work.** Cincinnati: National Institute for Occupational Safety and Health, 1998. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/niosh/docs/99-101/default.html>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

OIT. **A 27escanso dos professores:** recomendação Internacional de 1966, um instrumento para a 27escanso27 da 27escanso dos professores. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1984.

PEREIRA, E. G. **Os desafios para a permanência dos docentes no IFRR – Campus Novo Paraíso no contexto da realidade campestre.** 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Suíça: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, 2001.

RAMMINGER, T; NARDI, H. C. Saúde do Trabalhador: um (não) olhar sobre o servidor público. **Revista do Serviço Público,** Brasília, v. 58, n. 2, p. 213-226, abr./jun. 2007.

SELYE, H. **The stress of life.** New York: McGrawHill, 1965.

SERVILHA, E. A. M.; LEAL, R. O. F.; HIDAKA, M. T. U. Riscos ocupacionais na legislação trabalhista brasileira: destaque para aqueles relativos à saúde e à voz do professor. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia,** São Paulo, v. 15, n. 4, p. 505-513, dez. 2010.

SILVA, P. S. A instituição escolar e a saúde mental dos professores: da abordagem diagnóstica a uma 27escanso27 de intervenção. In: **Saúde mental do professor.** 1. Ed. São Paulo: Expressão & Arte, 2006.

SPSS. **Statistical Package for the Social Sciences.** New York: International Business Machines, 2013. Versão 22.0.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 14. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

TEIXEIRA, M. P.; FREITAS, R. M. V. Acidentes do trabalho rural no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 17, n. 2, p. 81-90, abr./jun. 2003.

THERRIEN, J.; LOIOLA, F. A. Experiência e competência no ensino: pistas de reflexões sobre a natureza do saber-ensinar na perspectiva da ergonomia do trabalho docente. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 74, p. 143-160, abr. 2001.

WEBBER, D. V.; VERGANI, V. A profissão de professor na 28escanso28 de risco e a urgência por 28escanso, dinheiro e respeito no meio ambiente laboral. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, XIX., 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CONPEDI, 2010.

Recebido em: 03/11/2020

Aceito em: 03/04/2022